Intencionalidade comunicativa: teorias e implicações para a cognição social infantil

Communicative intentionality: theories and implications for infant social cognition

Fabíola de Sousa Braz **AQUINO**¹ Nádia Maria Ribeiro **SALOMÃO**¹

Resumo

Esse artigo explora a questão da intencionalidade comunicativa dos bebês e a aquisição dessa habilidade no primeiro ano de vida. Apresenta pontos de vista teóricos acerca dessa temática, pesquisas que assinalam a dimensão sociocomunicativa da linguagem, suas contribuições para a cognição social infantil, e o papel do adulto na coconstrução dessa habilidade. Destaca, ainda, a relação estreita entre intenção comunicativa e contextos triádicos, os diferentes pontos de vista acerca do momento evolutivo em que surgem tais habilidades e as nuances na investigação dos atos comunicativos infantis, principalmente quando tais atos incorporam o elemento intencional.

Unitermos: Cognição social. Intenção. Linguagem. Relação mãe-criança.

Abstract

This paper explores babies' communicative intentionality and the acquisition of this ability in the first year of life. It presents a theoretical discussion of this theme, looking at research that points to the social-communicative dimension of language and its relevance to the child's social cognition, as well as the adult's role in developing this ability. It also emphasizes the narrow relationship between triadic contexts and communicative intention, the different points of view on the evolutional moments in which this ability emerges and the nuances of the investigation into the infant's acts of communication, mainly when such acts incorporate the intentional element.

Uniterms: Social cognition. Intention. Language. Mother-child relations.

A relevância dos estudos concernentes à intencionalidade comunicativa e suas repercussões nos debates relativos à compreensão do desenvolvimento humano tem sido demonstrada por pesquisas que investigam a cognição social no primeiro ano de vida. (Bates, O'Connell & Shore, 1987; Bruner, 1980; Corkum & Moore, 1998; Meltzoff, Gopnik & Repacholi, 1999;

Papaeliou & Trevarthen, 2006; Tomasello & Carpenter, 2007). Há nas primeiras redes de interações estabelecidas entre bebês e adultos uma gama de habilidades que dão suporte ao desenvolvimento de potencialidades tipicamente humanas, tais como a capacidade de apreender significados pelo compartilhar de atividades culturalmente construídas. Discutem-se nessa área

* * * * *

¹ Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia. Conjunto Humanístico, Bloco IV, Cidade Universitária, 58059-900, João Pessoa, PB, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: F.S. BRAZ. E-mail: <fabiolabrazaquino@gmail.com>.

Cleveland, Kobiella e Striano (2006); Rochat (2007); Sabbagh e Baldwin (2007) e Tomasello (2003), o momento no qual os bebês demonstram a capacidade de comunicação intencional, os fatores implicados nessa aquisição, as estratégias metodológicas e conceituais adotadas para o estudo da comunicação intencional, e o período a partir do qual o bebê interpreta um comportamento do adulto como intencional.

O presente artigo aborda a importância da intenção comunicativa para a ontogênese da comunicação por entender que a habilidade intencional é fundamental para o desenvolvimento sociocognitivo infantil. Essa discussão inicia-se com um breve percurso histórico acerca dos estudos nessa área e com a exposição de argumentos teóricos propostos para explicar a gênese e os fatores envolvidos na compreensão da dimensão comunicativa da linguagem. Num segundo momento, são apresentadas pesquisas que enfatizam a relação entre intenção comunicativa e habilidades pré--linguísticas evidenciadas por bebês para responder ao ambiente social. Acrescenta-se à discussão o papel dos adultos na coconstrução dessa dimensão do desenvolvimento e, por fim, questionamentos e propostas para futuros estudos.

Intencionalidade comunicativa

O interesse pelo estudo da capacidade de comunicação intencional e pela análise das primeiras condutas comunicativas pré-linguísticas infantis fortaleceu-se a partir da década de 1970, com estudos que buscavam encontrar relações evolutivas entre a comunicação pré-verbal e a comunicação linguística, além daqueles que investigavam a ontogênese da comunicação. Esses trabalhos assinalavam como sendo o marco do desenvolvimento comunicativo o surgimento da habilidade de comunicação intencional em bebês já no primeiro ano de vida (Bates et al.,1987; Brazelton, 1979; Bruner, 1975; Halliday, 1979; Harding & Golinkoff, 1979; Trevarthen, 1979). As pesquisas relacionadas à área sociocomunicativa e pragmática centram suas formulações na importância dessa dimensão da linguagem para uma análise mais detalhada e global, ressaltando o pressuposto de que a linguagem deveria ser analisada num contexto de ação e, portanto, nas interações sociais efetivas.

Sarriá (1991) expõe uma retrospectiva nessa área ao destacar a influência do enfoque interacionista na psicologia evolutiva e o crescimento dos estudos na área pragmática no campo da psicolinguística como elementos decisivos para o impulsionar de programas de investigação em torno da comunicação intencional e sua emergência durante a infância. Para Sarriá (1991, p.360) autora, "... a importância concedida pelos enfoques pragmáticos à intenção do falante, à função da emissão e ao contexto no qual se produz enfraqueceu a tese da especificidade das capacidades linguísticas e de seu desenvolvimento e levou a conceber o desenvolvimento da linguagem como integrado ao desenvolvimento de uma capacidade comunicativa mais geral". É nesse contexto que aumenta o interesse pelo estudo da competência comunicativa e pela ideia de que a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação num contexto real e intersubjetivo (Austin, 1990).

Ainda segundo Sarriá (1991), o enfoque na dimensão pragmática conduziu à defesa do estudo da linguagem como instrumento de comunicação, repercutindo em programas de intervenção psicológica e redimensionando os objetivos de investigações no campo da psicopatologia infantil com o estudo de alterações graves na comunicação, tais como o autismo. Sarriá (1991) menciona que o primeiro estudo empírico sobre intenção comunicativa foi realizado em 1973 por Susan Sugarman, que identificou a comunicação intencional como a coordenação, por parte da criança, das ações dirigidas a um objeto externo e a outra pessoa, visando satisfazer seus objetivos. Em outras palavras, a criança que capta a atenção do adulto e lhe transmite seu desejo está utilizando dele como meio para alcançar um fim associado a um objeto. Além dessa investigação, podem ser citados os estudos realizados por Dore (1974), Halliday (1979), Harding e Golinkoff (1979) e Bruner (1975), os quais constituem marcos no estudo da dimensão intencional e comunicativa da linguagem, também inspirados na noção de atos de fala de Austin (1962/1990) e Searle (1969/1995).

Os estudos que se detêm sobre essa temática derivam, ainda, de um conjunto de pressupostos que se apóiam, principalmente, (a) na influência do modelo sociocultural de Vygotsky e Luria; (b) nos trabalhos recentes no campo da neuropsicologia do desenvol-

vimento, especificamente na função pré-frontal cortical cerebral; (c) na inquietação com os problemas da consciência, e, mais recentemente, (d) em pesquisas sobre as crenças das crianças sobre a mente - teoria da mente (Olson, Astington & Zelazo, 1999).

Bloom (1993) propôs que os bebês adquirem a habilidade de se comunicar intencionalmente a partir dos contatos que estabelecem com sua cultura e com as convenções sociais, devido às interpretações dadas pelos adultos em tais intercâmbios. Essa mesma autora evidencia em seus trabalhos o caráter ativo da criança nas interações e a influência de suas características nas trocas estabelecidas com os demais. Em outras palavras, o que a criança pensa ou tem em mente - seu estado intencional em qualquer momento - determinaria suas ações e interações no mundo e consequentemente o seu desenvolvimento.

Ao discutir essa questão, Bruner (1999) postula a existência de dois tipos de intenções que os bebês e as crianças desenvolvem: (a) intenções epistêmicas: quando as crianças reconhecem que o outro está atento a alguma coisa (objeto, evento ou estado), e (b) intenções instrumentais: quando as crianças reconhecem intenções dirigidas a metas inerentes às ações dos outros. Ainda sobre essa questão, Bruner (1999) ressalta que todo o processo de sofisticação da habilidade comunicativa intencional torna-se possível devido ao sistema de suporte social que existe na comunidade linguística, que auxilia a criança a se apropriar da linguagem referencial, ou seja, a assistência colaborativa dos adultos funcionaria como um elo por meio do qual a criança estabeleceria a relação entre um sinal e seu referente.

Rivero (2003), discutindo a relação entre intencionalidade comunicativa e as configurações da linguagem nos primeiros anos de vida, defende que as análises das trocas comunicativas adulto-bebê devem privilegiar a noção de comunicação como um processo social e relacional. Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento comunicativo não é um processo de trocas cognitivas ou linguísticas independentes das ações e das interações concretas, uma vez que o processo comunicativo está circunscrito nas trocas interpessoais que geram as representações mentais e as dotam de sentido. Nessa ótica, a intencionalidade comunicativa passa a ser concebida como um processo social e, portanto, abordada a partir de intenções expressas por

meio de condutas não verbais, tais como os gestos, as expressões faciais, os movimentos e as posturas do corpo de parceiros de uma interação.

Autores como Rochat (2007, p.9) definem a intencionalidade como "... a capacidade mental dos indivíduos para se referirem a um objeto, quer esse objeto exista ou não". Para ele, de forma geral, a intencionalidade seria uma capacidade cognitiva para representar objetos e planos de ação que vão além do "aqui-e-agora" da percepção. Esse mesmo autor propõe ainda que a intencionalidade pode ser expressa por meio de ações intencionais que começam a ser evidenciadas aos dois meses de vida do bebê, e que o mecanismo responsável por tal desenvolvimento é a maneira única e tipicamente humana de comunicação recíproca e intencional entre o bebê e seus progenitores. Para Rochat (2007), as trocas recíprocas, o espelhamento afetivo e a imitação mútua possibilitam ao bebê uma oportunidade única para estabelecer distinções entre o "eu" e a perspectiva do outro.

No presente artigo defende-se, tal como Rivero (2003) e Rochat (2007), que a peça-chave para a explicação da intencionalidade comunicativa infantil encontra-se nas primeiras interações sociais consideradas necessárias para o desenvolvimento da comunicação intencional. Para Rochat (2007), a reciprocidade presente nas interações sociais é um mecanismo que possibilita à criança tornar-se intencional por permitir a dissociação de perspectivas entre o eu e o outro sobre os objetos, as pessoas e sobre si mesmo.

Essa questão já havia sido objeto de estudo de Vygotsky (2000), que afirmou que a construção da intencionalidade parte da internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas, constituindo o aspecto característico da psicologia humana e o ponto de partida para o salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana. Vygotsky (1932/1996) mencionou que o balbucio, o choro, as risadas, os sons inarticulados e as primeiras palavras seriam demonstrações nítidas de estágios de desenvolvimento da fala e de meios de contato social, já evidentes no primeiro ano de vida.

Vygotsky (1996) propôs que o primeiro ano de vida do bebê exercia impacto sobre a gênese das manifestações sociais, pois todo o comportamento infantil estaria imerso no social. As relações sociais dos bebês,

desde muito precocemente, não poderiam ser pensadas de forma separada nem diferenciada do contexto sociocultural a que eles pertencem. Nesse processo,

> A comunicação com o adulto é a esfera fundamental onde se revela a própria atividade da criança, pois quase toda a atividade pessoal do bebê se integra em suas relações sociais. A atitude dos bebês ante o mundo exterior se revela sempre através de outras pessoas. Portanto, a conduta individual do bebê está imersa, entrelaçada com o social, e todas as manifestações sociais do bebê estão dentro da situação concreta, formando com ela um todo único e indivisível (Vygotsky, 1932/1996; p.303).

Explorando essa dimensão sociocomunicativa da linguagem já enunciada por Vygotsky (1932/1996), Carpenter, Nagell e Tomasello (1998) acrescentaram a ideia de que nas primeiras interações que os bebês estabelecem com os adultos desenvolve-se a intenção comunicativa, habilidade que estaria estreitamente relacionada à aquisição da capacidade de atenção conjunta, que pode ser definida como "... episódios nos quais a criança alterna seu olhar entre uma terceira entidade e um adulto demonstrando que ela não está apenas focada na mesma coisa que o adulto mas também coordenando seu foco de atenção num engajamento conjunto" (Akthar & Gernsbacher, 2007). De acordo com essa perspectiva, comportamentos como o choro, o balbucio, os sons desarticulados e as risadas dos bebês que apresentam uma função primordialmente social nos primeiros meses de vida da criança passam por modificações gradativas e adquirem uma natureza intencional já no final do primeiro ano de vida.

Pesquisadores como Tomasello (2000) defendem que em torno do primeiro ano de vida os bebês passam a compreender que quando outras pessoas produzem determinados sons elas estão tentando chamar sua atenção para algo. Essa compreensão, que se dá em torno dos nove aos doze meses de idade, é uma expressão de momentos de mudança na maneira como os bebês compreendem outras pessoas e ocorre pelo surgimento quase simultâneo de uma gama de habilidades de atenção conjunta. Esse percurso feito pelo bebê seria, antes, sustentado pelo meio cultural no qual a criança se insere desde seu nascimento, quando entra em contato com seus coespecíficos. Para Tomasello (2003, p.108), esse "... habitus humano que cria o contexto para o desenvolvimento cognitivo infantil e inscreve a criança

em formas exclusivamente humanas de herança cultural", pode ser designado nicho ontogenético.

Segundo propõe Tomasello (2003), quando as crianças começam a compreender as ações dos outros como intencionais, elas, em geral, também começam a compreender as ações comunicativas dos outros como intencionais, dirigindo a atenção do outro intencionalmente. Essa discussão foi mais recentemente aprofundada por Tomasello, Carpenter, Call, Behne e Moll (2005), que sustentam que os bebês possuem uma habilidade especial de caráter social que os provê de motivação e capacidade cognitiva para sentir, trocar experiências e agir em conjunto com os outros, sendo essa habilidade designada intencionalidade compartilhada. Como elementos que subjazem a essa habilidade, destaca-se a existência de relações muito estreitas entre a evolução do comportamento intencional de bebês e a capacidade de estabelecer períodos de engajamento conjunto, básicos para o desenvolvimento da linguagem.

Para esses mesmos pesquisadores, a linguagem, embora fundamental, seria derivada da habilidade sociocognitiva para compartilhar e obter a atenção do outro. Esses autores defendem que tal habilidade conduz as crianças a se engajarem em atividades colaborativas e de atenção conjunta com outros de forma única entre as espécies. Asseveram que a linguagem deriva da habilidade unicamente humana para compreender e compartilhar intenções com outros e que essa mesma habilidade seria a base para uma "teoria da mente" nas crianças.

Investigando a habilidade de comunicação intencional em bebês no primeiro ano de vida, Cleveland et al. (2006) observaram respostas diferenciais de bebês aos quatro meses à face estática do adulto, quando comparadas às interações cujo adulto se dirigia a eles de forma afetuosa e expressiva. Também verificaram que, em torno dos quatro meses, os bebês fizeram uso do olhar mútuo para determinar o início de interações sociais e para modificar seu próprio comportamento em episódios triádicos.

Estudos (Papaeliou, Minadakis & Cavouras, 2002; Papaeliou & Trevarthen, 2006) verificaram padrões de entonação e de ritmo das vocalizações pré-linguísticas de bebês no final do primeiro ano de vida que se diferenciaram quando dirigidas a um adulto ou a objetos. De forma geral, esses estudos têm reforçado a tese de que o bebê, desde os primeiros meses de vida, evidencia uma motivação especial para estabelecer com outros trocas intersubjetivas (Trevarthen, 1979; 2004) e que os padrões vocais e de entonação dos bebês auxiliam na interpretação materna do comportamento infantil e identificam a qualidade da comunicação, suas funções e intenções comunicativas.

Sobre essa temática, pesquisadores (Striano & Rochat, 2000; Woodward, 2007) encontraram relações entre o comportamento de olhar referencial e evidências de comunicação intencional em bebês no final do primeiro ano de vida. Mencionam-se também investigações (Yale, Messinger, Cobo-Lewis & Delgado, 2003; Striano & Liszkowski, 2005) que verificaram variação e coordenação de expressão facial de emoções positivas (sorriso) e negativas (franzir testa) com vocalização e o olhar para a face dos adultos em bebês a partir dos quatro meses de vida, indicativos do início da habilidade de interpretar comportamentos e expressões dos outros.

Considera-se relevante mencionar estudos de pesquisadores brasileiros que têm-se dedicado à busca de dados empíricos relativos à ontogênese da comunicação, frequentemente recorrendo ao fenômeno da intersubjetividade e suas relações com a comunicação inicial, a interação social e a afetividade (Nogueira & Moura, 2007). Outros estudos ressaltam aspectos das transformações nas trocas iniciais mãe-bebê, pressupondo que as interações mediadas são matrizes nas quais o conhecimento infantil se constrói (Ribas & Moura, 1999; Moura & Ribas, 2000). Pesquisadores como Lyra (2000) propõem um modelo de comunicação inicial mãe-bebê compreendida como um sistema de relações entre parceiros sociais. Para essa autora, o desenvolvimento é concebido como um processo histórico e relacional, onde vários níveis organizacionais são atingidos a partir da reorganização das trocas comunicativas existentes anteriormente. Outros pesquisadores (Carvalho & Pedrosa, 2003) analisam os precursores filogenéticos e ontogenéticos da linguagem, destacando aspectos como atenção conjunta, imitação e percepção da intencionalidade. Pontuam-se ainda as articulações de pesquisadores (Bosa, 2002; Lampreia, 2007) que abordam as formas possíveis de prejuízos na capacidade de estabelecer trocas intersubjetivas que repercutem no curso do desenvolvimento sociocognitivo de crianças com distúrbios na comunicação, como as autistas. Essas autoras enfatizam o papel

da atenção compartilhada como um elemento essencial para o desenvolvimento da comunicação e assinalam sua importância para a detecção precoce de distúrbios de desenvolvimento.

No âmbito dessa discussão, privilegia-se o papel das interações mãe-bebê no desenvolvimento da comunicação intencional e a intersubjetividade inerente a essas interações cuja manifestação possibilita a inserção gradativa do bebê no universo sociocultural e simbólico. Acrescenta-se que cada evento comunicativo que se desmembra num plano interpsicológico e relacional a todo o momento é permeado pelas ações mediadoras dos adultos. A esse argumento não escapa o papel das crenças, expectativas e valores dos adultos de viabilizar o acesso gradativo dos infantes aos artefatos socioculturais que circunscrevem esse tipo de recorte interativo, por meio de processos intersubjetivos.

O papel do adulto na coconstrução da habilidade de comunicação intencional infantil vem sendo destacado por pesquisadores (Adamson & Bakeman, 1985; Bloom, 1993; Dunn, 1999; Hobson, 1989; Karousou, 2003; Rivero, 2003; Rochat, 2007) que enfatizam uma relação estreita entre as primeiras manifestações de intencionalidade comunicativa infantil e as interações entre bebês e adultos. Defende-se, nessa vertente de estudos, que as rotinas nas quais os bebês se envolvem têm um significado afetivo tanto para os bebês quanto para os adultos, e que nas primeiras trocas que se estabelecem entre ambos as emoções seriam imprescindíveis para integrar o sistema comunicativo do bebê às demais dimensões do desenvolvimento infantil.

Autoras como Dunn (1999) pontuam que o choro, o sorriso ou uma agitação corporal dos bebês pode não ter, inicialmente, um caráter intencional, mas o adulto percebe tais manifestações como um tipo de comunicação intencional. As atribuições de intencionalidade do adulto aos comportamentos dos bebês permitem que eles desenvolvam a compreensão do significado do seu choro para os outros. Sob esse prisma, as expressões das emoções dos bebês são importantes pistas para a atribuição de intenção dos pais a seus comportamentos, já que as situações nas quais as crianças exibem essa capacidade possuem uma espécie de "valência emocional".

Defende-se ainda (Feldman & Reznick, 1996; Reznick; 1999; Reznick & Schwartz, 2001) que a crença

F.S.B. AQUINO & N.M.R. SALOMAO

dos pais na capacidade de comunicação intencional das crianças pode influenciar as estratégias parentais e mediar sua habilidade a fim de detectar e responder aos estados e metas das crianças, afetar a dinâmica das interações, o tipo de *input* e as respostas que os pais promovem à criança durante as interações, o sentimento dos pais de eficácia ou rejeição em relação à criança, e ainda a avaliação que os pais fazem de sua criança em comparação com outras.

Os posicionamentos teóricos e estudos acima referidos vêm corroborar a tese de que no primeiro ano de vida os bebês humanos inauguram uma forma de inserção no mundo sociocultural que os distinguem marcadamente das demais espécies. Essa ideia filia-se nos argumentos desenvolvidos por Tomasello (1995, 1999, 2000, 2003), principalmente naquele que coloca a intencionalidade compartilhada como atributo tipicamente humano. Sobre esse aspecto, Tomasello e Carpenter (2007) assumem que a intencionalidade compartilhada é o pilar psicológico para a cultura e o elo entre as teorias biológicas e culturais que buscam uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimento humano.

Para os referidos autores, a habilidade de intencionalidade compartilhada "... serve como um fundamento psicológico para toda a cultura; ... reúne aspectos do desenvolvimento que têm sido estudados separadamente, mas que devem ser estudados em conjunto, tais como os processos motivacionais e cognitivos" (Tomasello & Carpenter, 2007, p.124), porque, nessa perspectiva, a habilidade e a motivação para o estabelecimento da intencionalidade compartilhada seriam manifestações claras da adaptação biológica que habilita as crianças a participarem de práticas culturais de seu entorno.

Entende-se, dessa forma, que a intencionalidade compartilhada seria ainda um termo-síntese que abarcaria a compreensão de uma atenção compartilhada que somente poderia ser compreendida no contexto intersubjetivo de natureza comunicativa e intencional: um fenômeno da cognição social a serviço dos diversos planos de desenvolvimento. Nesse sentido, defende-se que a comunicação intencional compartilhada é um dos principais pilares para a aquisição da linguagem e de habilidades sociocognitivas imprescidíveis para a inserção na cultura.

Considerações Finais

Diante do exposto, percebe-se a relevância de pesquisas acerca da intencionalidade comunicativa dada a gama de variáveis incluídas em seu estudo, tais como: seu período de emergência; o papel devotado ao ambiente e a hereditariedade na explicação dessa habilidade; os delineamentos metodológicos utilizados; as relações propostas entre intencionalidade e a aquisição de uma teoria da mente pelas crianças; o impacto de determinadas funções cerebrais na explicação da habilidade comunicativa intencional; as ligações entre intencionalidade, ação intencional e percepção de si e do outro como ser intencional; as repercussões das diferentes definições adotadas no estudo da intencionalidade comunicativa; e as contribuições de aspectos do desenvolvimento infantil (cognitivo, afetivo, motor ou linguístico) que podem estar diretamente relacionados à explicação da comunicação de natureza intencional.

Estudos mais recentes (Eilan, 2007; Heal, 2007) se dirigem às relações entre intencionalidade comunicativa, atenção conjunta e desenvolvimento da consciência do bebê nos primeiros anos de vida. Além disso, menciona-se (Akhtar & Gernsbacher, 2007) a importância de analisar questões relativas às variações culturais que influenciam nos tipos de interações nas quais adultos e crianças se engajam, e de atentar para o estudo da intenção comunicativa em contextos reais frequentemente polidiádicos, os quais se caracterizam por interações entre a criança e outros sujeitos ou grupos.

As reflexões em torno dessa temática permitem sugerir a realização de pesquisas com díades mãe-bebê no primeiro ano da vida na perspectiva de identificar as relações entre intenção comunicativa e contextos triádicos, analisando com cautela os diferentes pontos de vista apresentados sobre o momento evolutivo em que surgem as ações intencionais. Sobre esse aspecto, defende-se no presente artigo que entender esse percurso é fundamental para uma compreensão mais abrangente e multifacetada da linguagem, visto que seu estudo possibilita um aprofundamento nos debates relativos à cognição social infantil e à detecção precoce de prejuízos na comunicação. Adverte-se também para as dificuldades em definir e investigar a conduta comunicativa, principalmente quando lhe é incorporado o elemento intencional.

Propõe-se que o estudo da intencionalidade comunicativa privilegie a análise dos tipos de contextos e habilidades que emergem nas interações mãe-bebê, investigando como se daria a transposição das habilidades comunicativas não intencionais para as habilidades comunicativas intencionais em bebês no primeiro ano de vida, principalmente na população brasileira, pois os estudos empíricos sobre essa temática são escassos para essa população.

Nessa direção, ressalta-se a importância de futuras pesquisas que verifiquem de que forma o cenário interativo vai se reconfigurando devido às estruturas interativas que emergem de habilidades evidenciadas pelos comportamentos dos bebês, e ainda as possíveis influências das percepções maternas acerca das habilidades sociocomunicativas de bebês no primeiro ano de vida, já que o surgimento de tais habilidades pode mobilizar nas mães configurações interativas antes não instauradas. Ademais, investigar de forma detalhada tais percepções pode favorecer a identificação de possíveis sinais nos bebês de prejuízos severos na comunicação, como aqueles encontrados em crianças autistas.

Referências

- Adamson, L. B., & Bakeman, R. (1985). Affect and attention: infants observed with mothers and peers. *Child Development*, *56*, 582-593.
- Akhtar, N., & Gernsbacher, M. A. (2007). Joint attention and vocabulary development: a critical look. *Language and Linguistic Compass*, 1 (3) 195-207.
- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1962).
- Bates, E., O'Connel, B., & Shore, C. (1987). Language and communication in infancy. In J. Osofsky (Ed.), *Handbook of infant development* (pp.149-203). New York: Willey.
- Bloom, L. (1993). *The transition from infancy to language*. Easton, Connecticut: Cambridge University Press.
- Bosa, C. (2002). Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15* (1), 77-88
- Brazelton, T. B. (1979). Evidence of communication during neonatal behavioral assessment. In M. Bullowa (Ed.), *Before* speech: the beginning of interpersonal communication (pp.79-88). London: Cambridge University Press.
- Bruner, J. S. (1975). From communication to language: a psychological perspective. *Cognition*, *3* (3), 255-287.
- Bruner, J. S. (1980). Early social interaction and language acquisition. In H. R. Schaffer (Ed.), *Studies in mother-infant interaction* (pp.271-289). New York: Academic Press.

- Bruner, J. S. (1999). Intentionality and interpretation. In P. D. Zelazo, J. W. Astington & D. R. Olson (Eds.), *Developing theories of intention: social understanding and self-control* (pp.329-339). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Carpenter, M., Nagell, K., & Tomasello, M. (1998). Social cognition, joint attention, and communicative competence from 9 to 15 months of age. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 63 (4), 1-175.
- Carvalho, A. M. A., & Pedrosa, M. I. (2003). Precursores filogenéticos e ontogenéticos da linguagem: reflexões preliminares. *Revista de Ciências Humanas*, 34, 219-252.
- Cleveland, A., Kobiella, A., & Striano, T. (2006). Intention or expression? four-month-olds' reactions to a sudden still-face. *Infant Behavior & Development*, 8 (3), 299-480.
- Corkum, V., & Moore, C. (1998). The origins of joint visual attention in infants. *Developmental psychology*, 34 (1), 28-38
- Dore, J. (1974). A pragmatic description of early language development. *Journal of Psycholinguistic Research*, 3, 343-350.
- Dunn, J. (1999). Making sense of the social world: mindreading, emotion, and relationships. In P. D. Zelazo, J. W. Astington & D. R. Olson (Eds.), *Developing theories of intention:social undertanding and self-control* (pp. 229-242). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Eilan, N. (2007). Joint attention, communication, and mind. In N. Eilan, C. Hoerl, T. MacCormack & J. Roessler (Eds.), *Joint attention: communication and other minds: Issues in philosophy and psychology* (pp.1-33). New York: Oxford.
- Feldman, R. & Reznick J. S. (1996). Maternal perception of infant intentionality at 4 and 8 months. *Infant Behavioral Development*, 19, 483-496
- Halliday, M. A. K. (1979). One child's protolanguage. In M. Bullowa (Ed.), *Before speech: the beginning of interpersonal communication* (pp.171-190). London: Cambridge University Press.
- Harding, C. G., & Golinkoff, R. M. (1979). The origins of intentional vocalizations in prelinguistic infants. *Child Development*, 50, 33-40.
- Heal, J. (2007). Joint attention and understanding the mind. In N. Eilan, C. Hoerl, T. MacCormack & J. Roessler (Eds.), Joint attention: communication and other minds: issues in philosophy and psychology (pp.34-44). New York: Oxford.
- Hobson, R. P. (1989). 'On sharing experiences'. *Development and Psychopathology, 1*, 97-203.
- Karousou, A. (2003). Análisis de las vocalizaciones tempranas: su patrón evolutivo y su función determinante en la emergencia de la palabra. Tese de doutorado não-publicada, Universidad Complutense de Madrid.
- Lampreia, C. (2007). A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 24 (1), 105-114.
- Lyra, M. C. D. P. (2000). Desenvolvimento de um sistema de relações historicamente construído: contribuições da comunicação no início da vida. *Psicologia: Reflexão e Crítica,* 13 (2), 255-266.

- Meltzoff, A. N., Gopnik, A., & Repacholi, B. M. (1999). Toddlers' understanding of intentions, desires and emotions: explorations of dark ages. In P. D. Zelazo, J. W. Astington & D. R. Olson (Eds.), *Developing theories of intention: social undertanding and self-control* (pp.17-41). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Moura, M. L S., & Ribas, A. F. P. (2000). Desenvolvimento e contexto sociocultural: a gênese da atividade mediada nas interações iniciais mãe-bebê. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13 (2).
- Nogueira, S. E., & Moura, M. L. S. (2007). Intersubjetividade: perspectivas teóricas e implicações para o desenvolvimento infantil inicial. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 1 (2), 128-138.
- Olson, D. R., Astington, J. W. & Zelazo, P. D. (1999). Actions, intentions and attribuitions. In P. D. Zelazo, J. W. Astington & D. R. Olson (Eds.), *Developing theories of intention: social undertanding and self-control* (pp.1-13). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Papaeliou, C.F., Minadakis, G., & Cavouras, D. (2002). Acoustics patterns of infant vocalizations expressing emotions and communicative functions. *Journal of Speech, Language and Hearing Research*, 45, 311-317.
- Papaeliou, C. F., & Trevarthen, C. (2006). Prelinguistic pitch patterns expressing 'communication' and 'apprehension'. *Journal of Child Language*, 33, 163-178.
- Reznick, J. S. (1999). Influences on maternal attribuition of infant intentionality. In P. D. Zelazo, J. W. Astington & D.
 R. Olson (Eds.), *Developing theories of intention: social undertanding and self-control* (pp.243-267). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Reznick, J. S., & Schwartz, B. B. (2001). When is an assessment an Intervention? parent perception of infant intentionality and language at 8 and 12 months. *Academic Children Adolescency Psychiatry*, 40 (1), 11-17.
- Ribas, A. F. P., & Moura, M. L. S. (1999). Manifestações iniciais de trocas interativas mãe-bebê e suas transformações. *Estudos de Psicologia* (Natal), *4* (2) 273-288.
- Rivero, M. (2003). Los inicios de la comunicación: la intencionalidad comunicativa y el significado como procesos graduales. *Anuário de Psicologia*, 34 (3): 337-356.
- Rochat, P. (2007). Intentional action arises from early reciprocal exchanges. *Acta Psychologica*, 124, 8-25.
- Sabbagh, M. A., & Baldwin, D. (2007). Understanding the role of communicative intentions in word learning. In: N. Eilan, C. Hoerl, T. MacCormack, & J. Roessler (Eds.), *Joint attention: communication and other minds: issues in philosophy and psychology* (pp.165-184). New York: Oxford.
- Sarriá, E. (1991). Observacion de la comunicacion intencional preverbal: um sistema de codificacion basado em el concepto de categoria natural. *Psicotema*, *3* (2): 359-380.
- Searle, J. R. (1995). Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes.

- Striano, T. & Rochat, P. (2000). Emergence of selective social referencing in infancy. *Infancy*, *1* (2): 253-264.
- Striano, T. & Liszkowski, U. (2005). Sensitivity the context of facial expression in the still face at 3-6-, and 9-months of age. *Infant behavior & Development, 28 (1),* 10-19.
- Tomasello, M. (1995). Joint attention as social cognition. In C. Moore & P. J. Dunham (Eds.), *Joint attention: its origins and role in development* (pp.103-130). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Tomasello, M. (1999). Having intentions, understanding intentions, e understanding communicative intentions. In P. D. Zelazo, J. W. Astington & D. R. Olson (Eds.), Developing theories of intention: social undertanding and self-control (pp.64-75). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Tomasello, M. (2000). Primate cognition: introduction to the issue. *Cognitive Science*, *1* (24), 351-361.
- Tomaselo, M. (2003). *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano* (Coleção Tópicos). São Paulo: Martins Fontes.
- Tomasello, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. (2005). Understanding and sharing intentions: the origins of cultural cognition. *Behavioral and Brain Sciences*, 28 (5), 1-42
- Tomasello, M., & Carpenter, M. (2007). Shared intentionality. *Developmental Science*, 10 (1), 121-125.
- Trevarthen, C. (1979). Communication and cooperation in early infancy: a description of primary intersubjectivity. In M. Bullowa (Ed.), *Before speech: the beginning of interpersonal communication* (pp.321-347). London: Cambridge University Press.
- Trevarthen, C. (2004). Learning about ourselves, from children: why a growing human brain needs interesting companions (*Perception in action publications*, pp.1-36) Scotland: University of Edinburgh.
- Vygotsky, L. S. (1996). El primer año. In *Obras escogidas:* psicología infantil (Tomo IV). (pp. 275-318). Madrid: Visor (Originalmente publicado em 1932).
- Vygotsky, L. S. (2000). A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (6ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Wodward, A. L. (2007). Infants' understanding of the actions involved in joint attention. In N. Eilan, C. Hoerl, T. MacCormack & J. Roessler (Eds.), *Joint attention: communication and other minds: issues in philosophy and psychology* (pp.110-128). New York: Oxford.
- Yale, M. E., Messinger, S., Cobo-Lewis, A. B., & Delgado, C. F. (2003). The temporal coordination of early infant communication. *Developmental Psychology*, 39 (5) 815-824.

Recebido em: 2/4/2009

Versão final reapresentada em: 22/9/2009

Aprovado em: 1/2/2010